

**PARECER TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO**

**SOLICITANTE:** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL.

**PROCESSO:** ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,  
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2022-PMC-PE-SRP.

**OBJETO:** ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2022-SRP, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2022-PMC-PE-SRP, GERENCIADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA/PA, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE POSTES ORNAMENTAIS PARA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E TUBOS DE CONCRETOS ARMADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E VIAÇÃO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA/SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE VISEU/PA.

**DA COMPETÊNCIA**

A competência e finalidade do Controle Interno estão prevista no art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dispõe dentre outras competências: realização de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativo às atividades próprias do ente federado, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão pela execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de avaliar seus resultados quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nos termos da Resolução Administrativa n° 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014, além do disposto no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO N° 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014, segundo as quais, em virtude do processo licitatório implicar em realização de despesa, resta configurada a competência desta Coordenação de Controle Interno para análise e manifestação.

**INTRODUÇÃO**

Foi encaminhado a esta Controladoria Geral, para apreciação, manifestação quanto à legalidade e verificação das demais formalidades administrativas, e conseqüente elaboração de Parecer referente ao processo licitatório na modalidade **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2022-PMC-PE-SRP**, cujo objeto acima mencionado.

Foi encaminhado no dia 12 de junho de 2023 pelo então Chefe de Gabinete, Carlos Rafael Quadros Teixeira, o ofício nº 174/2023-GP/PMV solicitando providências quanto a Adesão à Ata de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 017/2022.

No dia 13 de junho de 2023 foi enviado à Comissão Permanente de Licitação - CPL o ofício nº 648/2023-SEMAD, pelo Sec. de Administração, Sr. Edilton Tavares Mendes, solicitando adesão à Ata de Registro de Preços referente ao Pregão já mencionado para aquisição de tubos pré-moldados, conforme consta à fl. 001.

Constam nos autos os ofícios nº 160/2023-GP/PMV, (fls.032/034), enviado ao Sr. Francisco Ferreira Freitas Neto, Gestor municipal de Capanema e ofício nº 165/2023-GP/PMV, (fls. 029/031), enviado à empresa D. Duarte de Moura LTDA, solicitando a adesão à ata de registro de preço, conforme já mencionado.

Das fls. 035/036, consta autorização pelo órgão gerenciador quanto a adesão à ata de registro de preço para atender as necessidades do solicitante, ou seja, Prefeitura de Viseu.

Constam também às fls. 04/028, o aceita da empresa em fornecer à Prefeitura de Viseu os produtos pretendidos. Consta também os documentos da empresa.

À fl. 037 inicia o processo de adesão a ata de registro de preço nº 017/2022-PMC onde até às fls. 234 constam os documentos do processo originário.

Às fls. 235/236, consta o ofício nº 647/2023/SEMAD encaminhado ao Sr. Prefeito Cristiano Vale solicitando a formalização da Adesão a Ata de Registro de Preço do PE 17/2022.

Consta solicitação ao Setor de compras a realização de pesquisa de mercado e elaboração do mapa comparativo. Em resposta ao solicitado, o Setor de Compras encaminhou o ofício nº 801/2023-SC/PMV à SEMAD encaminhando a pesquisa de preço e mapa comparativo, conforme fls. 237/300.

Das fls. 301/302, consta solicitação de dotação orçamentária e financeira. Às fls. 303/304, conta o memorando nº 240/2023 - contabilidade informando positivamente a existência de dotação.

Às fls. 305/306, foi encaminhado, através do ofício nº 479/2023/CPL, ao Sr. Sec. de Administração os autos do processo para análise e posterior autorização de abertura do presente processo visando a aquisição do produto



pretendido. Das fls. 307/313, constam a declaração de adequação orçamentária e financeira, autorização de abertura de processo licitatório e termo de autuação de processo administrativo nº 049/2023 e portaria nº 002/2023 onde designa a comissão permanente de licitação.

Das fls. 314/315, consta solicitação de parecer jurídico e das fls. 316/322, consta parecer jurídico final manifestando-se favoravelmente pela possibilidade jurídica da adesão a ata de registro de preço.

Finalmente, às fls. 323/324, solicitação de parecer desta Controladoria Interna.

Estes são os fatos necessários.

É o relatório

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Conforme já mencionado, trata-se de processo licitatório na modalidade Adesão à Ata de Registro de Preços para aquisição de material lúdico pedagógico destinados ao Fundamental I e II, Registro de Preço nº 05/2022, Pregão Eletrônico nº 10.003/2022-SRP, onde a Secretaria Municipal de Viseu resolveu aderir a mesma.

A princípio é necessário fazer algumas observações quanto a legalidade da adesão, bem como do Sistema de Registro de Preços - SRP.

O Sistema de Registro de Preços está disciplinado no artigo 15, inciso II e §§ 1º a 6º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preos registrados serão publicados trimestralmente para orientao da Administrao, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preos será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condioes:

I - seleo feita mediante concorrência;

II - estipulao prévia do sistema de controle e atualizao dos preos registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preos registrados não obriga a Administrao a firmar as contrataoes que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilizao de outros meios, respeitada a legislao relativa às licitaoes, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condioes.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preos, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão   parte legítima para impugnar preo constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preo vigente no mercado.

Importante acrescentar o contido no artigo 11 da Lei n  10.520/02:

*"Art. 11 - As compras e contrataoes de bens e servios comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preos previsto no art. 15 da Lei n  8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico."*



Visto que as previsões até então existentes não eram suficientes para dar efetividade a utilização do Sistema de Registro de Preços pela Administração Pública, alguns regulamentos passaram a ser editados pela União, prevalecendo o mais atual deles, qual seja, Decreto Federal nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Conforme mencionado diploma, vários são os requisitos para que a Ata de Registro de Preços possa ser aderida por outro ente da Administração não participante da licitação.

No art. 3º temos as hipóteses nas quais o SRP poderá ser adotado, vejamos:

*Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:*

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*

*IV quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

Já no art. 5º pode ser verificado que o legislador se preocupou em estabelecer as obrigações que devem ser adotadas pelo órgão gerenciador. Nesse sentido transcreve-se o dispositivo na íntegra:

*Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:*

- I - registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo federal;
- II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
- V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

Tomando ainda o Decreto nº 7.892/2013 como referência, a primeira condição a ser atendida será que a ata à qual se pretende aderir tenha reservado quantitativo do objeto para ser adquirido por órgãos não participantes. Essa condição está prevista no art. 9º, inc. III, do Decreto nº 7.892/2013 e, segundo o Plenário do TCU:

*"a falta de estimativa prévia, no edital, das quantidades a serem adquiridas por não participante impede a adesão desses entes a atas de registro de preços conformadas após o início da vigência do novo Decreto 7.892/2013. (TCU, Acórdão nº 855/2013, Plenário, Rel. Min. José Jorge, 10.04.2013.)"*

A segunda condição a ser observada consiste em obter a anuência do órgão gerenciador, ou seja, o "dono" da ata. O art. 22 do Decreto nº 7.892/2013 deixa clara a



necessidade de a adesão ser precedida de anuência do órgão gerenciador.

Outro requisito imposto pelo Decreto nº 7.892/2013 é a observância a determinados limites quantitativos para a adesão. De acordo com o disposto nos 3º e 4º do art. 22 desse regulamento, cada órgão não participante poderá contratar, por adesão, até 50% do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Além disso, o quantitativo total fixado para adesões no edital, na forma do art. 9º, inc. III, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

A partir do art. 22 encontram-se os requisitos específicos para que a adesão à ata seja legítima. Assim rezam os dispositivos:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 1º-B O estudo de que trata o § 1º-A, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras do Governo federal. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 4º-A Na hipótese de compra nacional: (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

I - as aquisições ou as contratações adicionais não excederão, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos



participantes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

II - o instrumento convocatório da compra nacional preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

Pois bem, feita a apresentação jurídica a qual se submete todo e qualquer procedimento de SRP, resta saber se o caso concreto se subsumi à norma.

Antes disso, cabe destacar que o presente processo licitatório fora classificado pela Comissão de Licitação na **MODALIDADE ADESÃO**, cujo conceito é o seguinte:

"consiste na contratação fundada num sistema de registro de preços em vigor, mas envolvendo entidade e estatal dele não participante originalmente, com a peculiaridade de que os quantitativos contratados não serão computados para o exaurimento do limite máximo (JUSTEN FILHO, 2010, P. 207)".

Orienta-se ainda que seja observado, no momento da assinatura do contrato os quantitativos previstos no §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013, que impõe que cada órgão não participante poderá contratar, por adesão, até 50% do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Ademais disso, verifica-se que a vantagem quanto a adesão à Ata é inquestionável, uma vez que a Administração está evitando a elaboração de mais um processo administrativo complexo, saltando etapas burocráticas e que geram gastos aos cofres públicos.

Ainda há que ser observado o princípio da economicidade, pois veja que o preço em que as contratações dos serviços de locações se darão serão os mesmos aferidos no processo licitatório.

No que concerne a documentação apresentada pela empresa para a formalização da contratação, entendo suficiente para conceder a legalidade necessária à contratação.

#### CONCLUSÃO

Esclarecendo que o parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões bem como, restrita aos aspectos jurídico formais, observados os apontamentos contidos nesta manifestação, esta Controladoria-Geral opina pela inexistência de óbice legal quanto a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2022 -SRP, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2022-PMC-PE- SRP.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Viseu-PA, 20 de junho de 2023.

PAULO FERNANDES DA SILVA

Controlador Geral do Município

Decreto n° 014/2023